

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9257 | Salvador, terça-feira, 10.02.2026

Presidente em exercício Elder Perez



SISTEMA FINANCEIRO

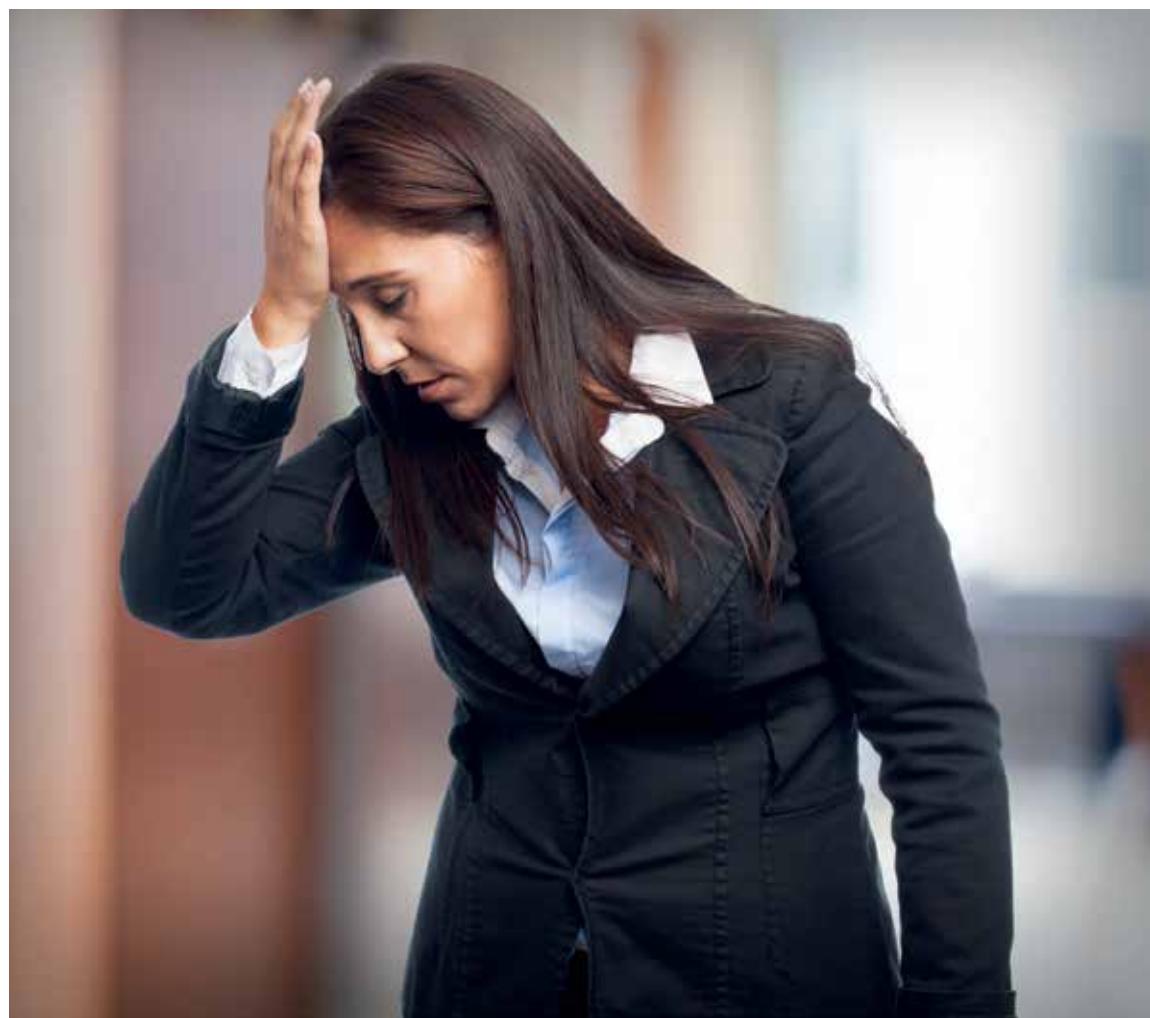
**Mais de 79% das famílias
estão endividadas no país**

Página 2

**Privilégios legislativos para
parlamentares e servidores**

Página 4

Assedia, adoece e pune



A política de gestão dos bancos, baseada unicamente em resultados, adoecem para depois descartar

O sistema financeiro é devastador para a democracia social, para a economia solidária, para a civilidade e para a saúde dos bancários. Os bancos dificultam a vida democrática, só geram lucro para o rentismo, atrapalham o bem-estar da sociedade, assediam, adoecem e punem os trabalhadores do setor. Nocivos até o talo. Página 3

Com a corda no pescoço

Percentual de famílias com dívidas chegou a 79,5% em janeiro

JÚLIA PORTELA
imprensa@bancariosbahia.org.br



O AVANÇO recorde do endividamento e da inadimplência revela o esgotamento de um modelo econômico que penaliza quem vive do trabalho. Mesmo com o desemprego em nível historicamente baixo, milhões de famílias encerraram o último ano sufocadas por dívidas, demonstrando que ter renda não tem sido suficiente para garantir condições mínimas de estabilidade financeira.

A principal engrenagem desse cenário é a política de juros altos mantida pelo Banco Central há mais de um ano e meio. A elevação da taxa Selic, hoje em 15% ao ano, enca-

rece o crédito, reduz prazos de pagamento e amplia os ganhos do sistema financeiro, enquanto trabalhadores veem as dívidas crescerem sem perspectiva de quitação. Trata-se de uma escolha que prioriza bancos e rentistas, em detrimento da economia real.

Os efeitos se espalham por toda a cadeia produtiva. Com o orçamento das famílias comprometido, o consumo é contido e o comércio opera abaixo do potencial. As vendas cresceram cerca de 2%, número modesto diante da capacidade do setor.



Número de estudantes ingressantes em programas *stricto sensu* chegou a 120,6 mil, ano passado. O maior patamar da última década

Educação em reconstrução

APÓS anos de cortes, sucateamento e ataques às universidades públicas, a pós-graduação brasileira começa a dar sinais de recuperação. Em 2024, o número de ingressantes em programas *stricto sensu* chegou a 120,6 mil, o maior da última década, com crescimento de 12,45% em relação a 2023. O resultado rompe uma sequência de retrocessos imposta pelo projeto ultraliberal que tratou educação e ciência como despesas a serem eliminadas.

A série histórica confirma que o des-

monte teve efeitos concretos. Entre 2020 e 2022 houve uma queda abrupta no ingresso de estudantes. O período foi marcado por redução drástica de recursos, enfraquecimento das políticas de fomento e desvalorização do trabalho acadêmico.

A mudança de cenário está ligada à retomada do papel do Estado, que recolocou a educação e a ciência no centro da agenda pública. A recomposição de investimentos, o fortalecimento das bolsas e o incentivo à pesquisa começam a reverter os danos acumulados.



TEMAS & DEBATES

Longevidade e qualidade de vida

Nole Fraga*

Longevidade não pode se resumir a viver mais. É preciso que esse tempo venha com qualidade de vida, hábitos saudáveis, com espaço e tempo para desenvolver atividades antes impedidas pela dinâmica intensa do trabalho.

Envelhecer é o caminho natural da vida, por isso deve ser um tempo para realizar sonhos, tomar decisões pessoais. Dormir bem, acordar sem pressa, fazer passeios, cursos, visitar familiares, cultivar as amizades.

Manter-se em atividade é fundamental. Não apenas para o corpo, mas para a mente. É tempo de praticar Yoga, fazer aulas de dança, exercícios físicos, musculação, Pilates ou simplesmente caminhar, de preferência na praia ou em meio à natureza. É bom, também, transformar a leitura em hábito diário cultivando a frase: “Ler mais para ser mais”.

Envelhecer é um direito, conquistado ao longo de gerações. No Brasil, esse direito tem garantia legal, através do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741, de 1/10/2003), que no Capítulo I prevê o Direito à Vida, estabelecendo no Art. 9º que “É obrigação do Estado garantir à Pessoa Idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade”.

Mais à frente no Capítulo III, Art. 14, consta que “Se a Pessoa Idosa ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao poder público esse provimento no âmbito da Assistência Social”.

O Estatuto vai além, ao “incumbir ao poder público fornecer às pessoas idosas, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso contínuo, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos a tratamento, habilitação e reabilitação” (Cap. IV, §2º). Prevê, ainda que “a participação das pessoas idosas em atividades culturais e de lazer será proporcionalmente mediante descontos, de pelo menos 50% nos ingressos para eventos artísticos culturais, esportivos e de lazer bem como o acesso preferencial aos respectivos locais” (Cap. V - Art. 23).

O programa Vida é Movimento do Departamento AposentAção do Sindicato, destaca que as pessoas continuem ativas, desenvolvendo a consciência colaborativa na construção de uma sociedade mais justa. Vale ressaltar que diante desta fase turbulenta em nosso país, é preciso manter o espírito de solidariedade com criatividade, iniciativa e coragem.

*Nole Fraga integra o Departamento de AposentAção, do Sindicato dos Bancários da Bahia e faz parte do Fórum Permanente em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Texto com, no máximo, 1.900 caracteres

Menos 9 mil postos de trabalho

Governo gera 1,28 milhão de empregos, e bancos demitem

ANA BEATRIZ LEAL
imprensa@bancariosbahia.org.br

CONTRADIÇÃO é a palavra que define bem o sistema financeiro. Apesar da lucratividade na casa de dezenas de bilhões, os bancos promovem demissões constantes. Eliminaram 8.910 postos de trabalho no ano passado. Os cortes vão na contramão da economia, que graças aos esforços da democracia social e gerou 1,28 milhão de empregos.

A situação só não foi mais catastrófica porque a Caixa registrou saldo positivo de 1.185 vagas no período. Os bancos múltiplos, com carteira comercial, como Santander, Itaú, Bradesco e BB, fecharam 9.138 postos. Ora, o sistema financeiro, o mais lucrativo do país, que não passa por crise, tem condições



suficientes de manter e criar empregos e ajudar a economia girar. Não faz porque não quer. A ganância fala mais alto.

Em 12 meses, o setor bancário desligou 45.381 trabalhadores e admitiu 36.471. Do total de desligamentos, as demissões

sem justa causa representaram 56,3%, já as que ocorreram a pedido do trabalhador, 35,9%.

Os dados são de pesquisa do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), com base nas informações do Caged

(Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Outro fator é o rebaixamento salarial. O salário médio dos admitidos foi de R\$ 7.906,00, o que corresponde a 91,09% da média salarial dos desligados.



Diretores de sindicatos e da Federação: preservação do emprego na pauta

Cortes preocupam

O ENXUGAMENTO e a fragmentação da categoria bancárias preocupam o movimento sindical. Houve aumento de outros segmentos, como os financeiros, securitários e funcionários de cooperativa de crédito. Para discutir a questão, a Federação da Bahia e Sergipe e as entidades sindicais filiadas, como o Sindicato dos Bancários da Bahia, se reuniram com a diretora da Contraf Magali Fagundes e o economista do Dieese Gustavo Carvazan.

As entidades sindicais tiveram conhecimento do levantamento com as principais informações sobre o emprego no setor financeiro nos dois estados. De acordo com os dados, em 2012 os bancários representavam 61% dos trabalhadores do ramo financeiro. Em 2024, o percentual caiu para 42%. Na base da Feeb, o índice saiu de 69% para 65%.

A pesquisa também revela que na Bahia e Sergipe os bancos públicos respondem por 60% das agências.

ALÉM de adoecedor e punitivo, o sistema financeiro é discriminatório. Do total do saldo negativo de emprego (8.910) no ano passado, a maioria, ou 5.667, foi entre as mulheres contra 3.243 de homens.

As negras (pretas e pardas) representaram 14,8% entre admitidos e 13,9% dos demitidos. Ainda assim, apresentaram saldo negativo (-907). Observados todos os grupos raciais, as contratações de pessoas negras, homens e mulheres, representaram 33,9% e nos desligamentos, 30,6%.

A questão de raça e gênero também é sentida no bolso. Enquanto homens não negros tiveram remuneração média de R\$ 9.644,00 na admissão e de R\$ 10.484,00 no desligamento, as mulheres não negras apresentaram médias salariais de R\$



5.424,00 e R\$ 6.151,00, ambas inferiores aos homens não negros na admissão e no desligamento, respectivamente.

Os dados do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) evidenciam o aprofundamento da desigualdade de gênero. É por isto que o movimento sindical lembra quão importante é do cumprimento da Lei de Igualdade Salarial, sancionada pelo presidente Lula.

Para agradar os seus



Parlamentares elevam salários dos servidores acima do teto. Privilégio

KATRIANE SANTOS
imprensa@bancariosbahia.org.br

QUANDO o assunto é preservar privilégios, o Congresso Nacional encontra sempre um caminho. Para driblar a suspensão dos penduricalhos determinada pelo ministro Flávio Dino, medida que tenta pôr fim à farra com o dinheiro público, deputados e senadores demonstraram agilidade incomum ao votar e aprovar reajustes salariais para servidores do Legislativo.

As propostas abrem brechas para pagamentos acima do teto constitucional de R\$ 46 mil e criam gratificações que podem chegar a 100% do salário, aprofundando privilégios. A tramitação foi relâmpago. Deputados aprovaram o regime de urgência e, na sequência, votaram os projetos sem debate público.

O texto que reajusta os salá-

rios dos servidores do Senado, já aprovado anteriormente, segue agora para sanção presidencial. A proposta prevê aumentos anuais na remuneração básica até 2029, além da ampliação das gratificações para cargos especiais.

Na Câmara dos Deputados, o reajuste aprovado é de 9,25% para servidores efetivos e de carreira e de 8,63% para ocupantes de cargos de confiança. O pacote inclui ainda a concessão de folgas proporcionais aos dias trabalhados, de um dia a cada dez até um dia a cada três, com possibilidade de conversão em pagamento em dinheiro. Soma-se a isso a gratificação por produtividade, que pode alcançar 100% do salário.

O episódio escancara a lógica de um Parlamento que trava debates sobre o fim da escala 6x1 e outras pautas sociais urgentes.



Gasolina: queda sem repasse

O PREÇO do combustível repassado pela Petrobras às distribuidoras vem caindo desde 2023, início do governo Lula. A redução foi de 16% em três anos, de R\$ 3,08 para R\$ 2,57. No entanto, o brasileiro ainda paga mais caro para abastecer e isso tem explicação: a privatização da BR Distribuidora, em 2019, pelo governo Bolsonaro.

Com a venda, o problema central deixou de estar na produção e passou a se concentrar

na estrutura de distribuição do combustível. Quer dizer, antes, a Petrobras conseguia ajudar a formular o preço dos combustíveis nas bombas. Mas, agora, chega apenas às refinarias.

Daí a explicação para o combustível ter subido 27,1% nas bombas entre 2023 e 2026. Como sempre, quem paga a conta é o cidadão que para completar um tanque de 50 litros com gasolina tem de desembolsar R\$ 67,50 a mais.

SAQUE

Rogaciano Medeiros

SUPREMO DECIDE O governo está decidido e não pode ser diferente. Vai recorrer ao STF se o Congresso, de maioria reacionária, golpista, derrubar o veto presidencial ao delinquente projeto da dosimetria, que reduz a pena dos condenados pela tentativa de golpe de Estado liderada por Bolsonaro. Muitos juristas com credibilidade afirmam que o PL é flagrantemente inconstitucional.

JUÍZO REPUBLICANO Se os presidentes da Câmara, Hugo Motta (PR-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (UB-AP), tiverem juízo, o mínimo de princípio republicano, trabalham para evitar a derrubada do veto ao projeto da dosimetria. Se o STF tiver de decidir, não hesitará em considerá-lo fora da lei. O Legislativo não pode revisar decisão do Judiciário. Tensão institucional solapa a democracia.

GOVERNO CIDADANIA A decisão do PT de priorizar o fim da escala 6x1 e a tarifa zero no transporte público confirma a evolução do projeto de democracia social no partido e dá sinais de um provável quarto governo Lula ainda mais comprometido com políticas públicas vigorosas e abrangentes, a fim de avançar na redução das desigualdades e na superação da pobreza. Governar na direção da cidadania.

BASTA COMPARAR Os indicadores não deixam dúvida do quanto a democracia social é benéfica ao trabalhador. Ano passado, segundo o IBGE, oito em cada 10 reajustes salariais ficaram acima da inflação, média de +0,87%. Em 2024, o ganho foi de +1,25% e em 2023, primeiro ano do governo Lula, +1,70%. Com Bolsonaro, os salários reduziram -1,72%. É a diferença de classe entre os dois.

BOA RESISTÊNCIA O presidente do PT, Edinho Silva, cobra esforço do partido por uma ampla aliança, considera vital reeleger Lula. Ele tem toda razão, mas há também quem argumente que ampliar demais atrofia o projeto de democracia social, alimenta forças do atraso. Não há receita pronta, a boa resistência constrói, aponta, o melhor caminho. Só não pode parar de resistir, de lutar. Nunca.



Com a BR Distribuidora privatizada, o preço do combustível segue em alta